



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO nº. 222/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 098/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 073/2018.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: 014/2018.

OBJETO: Registro Formal de Preços para futuras e eventuais contratações de mão de obra temporária, de acordo com a Lei 13.429 de 31/03/2017, para prestação de serviços com pequenos reparos, manutenção, capina, limpeza e conservação de logradouros (praças, ruas, avenidas, vias urbanas e rurais) e prédios públicos do município de João Pinheiro.

Parecer Técnico Preliminar:

Em resposta à consulta feita pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de João Pinheiro, sobre a adequação jurídica da documentação do processo licitatório em epígrafe, para exame e aprovação da minuta do edital, respectivos anexos e contratos, do objeto acima descrito, esta assessoria emite o seguinte parecer:

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade pregão presencial para a contratação do objeto ora mencionado. A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber: Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.7.2002, cuja a ementa: "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Nos termos do citado diploma, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 130-104). O § único do art. 1º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, assim preleciona: Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. 2 Consideram-



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Portanto, a modalidade pregão presencial poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado. O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona: Art. 38 (...) § único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994). Portanto, mister a elaboração do presente parecer. III – Conclusões Desse modo obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº. 10.520/2002, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Pregão Presencial, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supra citada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, e, em condições de ser aprovado por Vossa Excelência, se assim entender. Sugiro a Vossa Excelência a remessa desse parecer a Comissão de Licitação para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

Portanto a documentação existente no Processo Licitatório em questão, sob o ângulo jurídico formal, guarda conformidade com as exigências legais prescritas na Lei de Licitações, nº 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão Presencial.

Desta forma, não há óbice quanto ao andamento normal do processo licitatório.

É este o parecer jurídico preliminar.

João Pinheiro, 17 de setembro de 2018.


ROBERTO FERREIRA DINIZ
Advogado Geral do Município



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO n. 245/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 090/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 073/2018.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: 014/2018.

OBJETO: Registro Formal de Preços para futuras e eventuais contratações de mão de obra temporária, de acordo com a Lei 13.429 de 31/03/2017, para prestação de serviços com pequenos reparos, manutenção, capina, limpeza e conservação de logradouros (praças, ruas, avenidas, vias urbanas e rurais) e prédios públicos do município de João Pinheiro.

PARECER FINAL

Concluída a fase preliminar, já com análise do Edital Licitatório, onde consta este já foi analisado por esta assessoria, onde cumpriu as exigências do art.40, da Lei nº 8.666/93, passamos á fase externa do certame, conforme prevê o art.4º da Lei 10.520, onde a comissão providenciou a publicação do edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Verifica-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora obedecido o prazo de oito dias úteis (art.4º, V, da Lei 10.520). Destacamos que ainda foram observadas as seguintes normas:

- solicitação de requerimento da contratação do setor interessado nas aquisições.

- Termo de Referência, com descrição e elementos necessários para caracterizar o objeto da contratação, com orçamentos detalhados e planilhas com seus respectivos quantitativos e custos unitários;, art.15, §7º, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 3º, inciso I e II, da Lei nº 10.520/02.



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



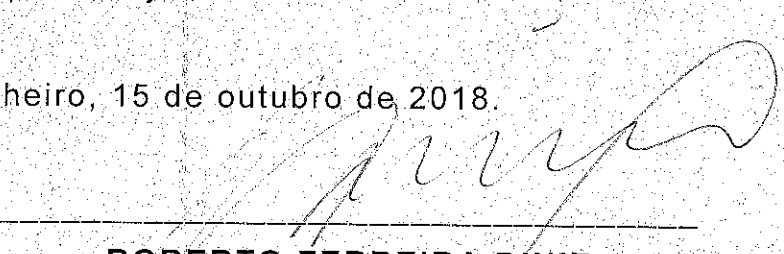
- Levantamento inicial dos preços, com pesquisa prévia de preços de mercado, nos termos do art.7º, inciso II, c/c art.15 §1º, art.40, X, art.43, IV, Lei 8.666/93 e art.3º, I e III, da Lei 10.520/02.
- Declaração do contador de existência de saldo orçamentário.
- Autorização do gestor para iniciar o certame.
- Decreto de nomeação da comissão de Licitação.
- Edital de licitação, nos termos do art.40, Lei nº 8.666/93.
- Minuta do contrato a ser firmado pelo vencedor anexado ao edital.
- publicação do edital em órgão oficial,
- documentação de habilitação dos licitantes exigida no edital.
- propostas de fornecimento do produto de acordo com o edital.
- atas das sessões de abertura e julgamento.
- demonstrativo de análise da comissão de Licitação, indicando as propostas vencedoras.
- Recurso Administrativo e respectiva decisão de indeferimento.

Após análise concreta do pregão Presencial em questão, verifica-se que o procedimento licitatório, cumpriu as etapas da fase externa prevista no art.4º da Lei 10.520/2002, notadamente quanto aos incisos VII, VIII, IX, XI e XV.

Diante do exposto e tendo em vista o estrito cumprimento das leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, salvo melhor juízo, somos favoráveis ao prosseguimento do certame, homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

É este o parecer jurídico.

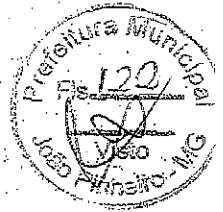
João Pinheiro, 15 de outubro de 2018.


ROBERTO FERREIRA DINIZ
Advogado Geral do Município
OAB/MG 61.686



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO n. 352/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 141/2017

PREGÃO: 97/2017.

OBJETO: Registro Formal de Preços para futuras e eventuais contratações de mão de obra temporária, de acordo com a Lei 13.429 de 31/03/2017, para prestação de serviços de mão de obra, de manutenção, limpeza e conservação de logradouros e prédios públicos, e ainda diversos serviços de acordo com os anexos, termo de referência, projeto básico e especificação constante do edital a serem prestados para as Secretarias de Obras, Agricultura e Meio Ambiente, saúde, Administração e Planejamento.

Parecer Técnico Preliminar:

Em resposta à consulta feita pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de João Pinheiro, sobre a adequação jurídica da documentação do processo licitatório em epígrafe, para exame e aprovação da minuta do edital, respectivos anexos e contratos, do objeto acima descrito, esta assessoria emite o seguinte parecer:

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade pregão presencial para a contratação do objeto ora mencionado. A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber: Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.7.2002, cuja a ementa: "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Nos termos do citado diploma, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 130-104). O § único do art. 1º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, assim preleciona: Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. 2 Considerando-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Portanto, a modalidade pregão presencial poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado. O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona: Art. 38 (...) § único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994). Portanto, mister a elaboração do presente parecer. III – Conclusões Deste modo obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº. 10.520/2002, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Pregão Presencial, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supra citada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, e, em condições de ser aprovado por Vossa Excelência, se assim entender. Sugiro a Vossa Excelência a remessa desse parecer a Comissão de Licitação para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

Destacamos ainda, que referidas contratações, serão realizadas em consonância com a Lei 13.429 de 31/03/2017.

Portanto a documentação existente no Processo Licitatório em questão, sob o ângulo jurídico formal, guarda conformidade com as exigências legais prescritas na Lei de Licitações, nº 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão Presencial.

É este o parecer jurídico preliminar.

João Pinheiro, 23 de agosto de 2017.

ROBERTO FERREIRA DINIZ
Advogado Geral do Município



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO n. 355/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 141/2017

PREGÃO: 97/2017.

OBJETO: Registro Formal de Preços para futuras e eventuais contratações de mão de obra temporária, de acordo com a Lei 13.429 de 31/03/2017, para prestação de serviços de mão de obra, de manutenção, limpeza e conservação de logradouros e prédios públicos, e ainda diversos serviços de acordo com os anexos, termo de referência, projeto básico e especificação constante do edital a serem prestados para as Secretarias de Obras, Agricultura e Meio Ambiente, saúde, Administração e Planejamento.

PARECER FINAL:

Concluída a fase preliminar, já com análise do Edital Licitatório, onde consta este já foi analisado por esta assessoria, onde cumpriu as exigências do art.40, da Lei nº 8.666/93, passamos á fase externa do certame, conforme prevê o art.4º da Lei 10.520, onde a comissão providenciou a publicação do edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Verifica-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora obedecido o prazo de oito dias úteis (art.4º, V, da Lei 10.520). Destacamos que ainda foram observadas as seguintes normas:

- solicitação de requerimento da contratação do setor interessado nas aquisições

- Termo de Referência, com descrição e elementos necessários para caracterizar o objeto da contratação, com orçamentos detalhados e planilhas com seus respectivos quantitativos e custos unitários;, art.15, §7º, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 3º, inciso I e II, da Lei nº 10.520/02.

14/09/17

Adão Pereira



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



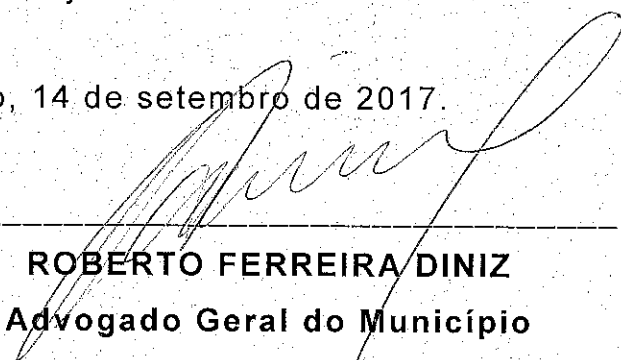
- Levantamento inicial dos preços, com pesquisa prévia de preços de mercado, nos termos do art.7º, inciso II, c/c art. 15 §1º art.40, X, art.43, IV, Lei 8.666/93 e art.3º, I e III, da Lei 10.520/02
- Declaração do contador de existência de saldo orçamentário.
- Autorização do gestor para iniciar o certame.
- Decreto de nomeação da comissão de Licitação.
- Edital de licitação, nos termos do art.40, Lei nº 8.666/93.
- Minuta do contrato a ser firmado pelo vencedor anexado ao edital.
- publicação do edital em órgão oficial,
- documentação de habilitação dos licitantes exigida no edital.
- propostas de fornecimento do produto de acordo com o edital.
- atas das sessões de abertura e julgamento.
- demonstrativo de análise da comissão de Licitação, indicando as propostas vencedoras.

Após análise concreta do pregão Presencial em questão, verifica-se que o procedimento licitatório, cumpriu as etapas da fase externa prevista no art.4º da Lei 10.520/2002, notadamente quanto aos incisos VII, VIII, IX, XI e XV.

Diante do exposto e tendo em vista o estrito cumprimento das leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, salvo melhor juízo, somos favoráveis ao prosseguimento do certame, homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

É este o parecer jurídico.

João Pinheiro, 14 de setembro de 2017.



ROBERTO FERREIRA DINIZ
Advogado Geral do Município
OAB/MG 61.686